

O OE, o PEC, o QREN e as TICs

# Finanças dominam a Economia

Longe vão as declarações de intenções de apoio à economia, que estabeleciam o foco na protecção do Emprego e das Empresas, sobretudo Micro e PMEs, definindo uma opção macroeconómica baseada no Mercado, através do Investimento e do Consumo. Euro *oblige...* Orçamento *dixit* João de Sousa

A macroeconomia, ao contrário do que a designação deixaria antever, é uma disciplina mais do domínio da Política que da Economia - é o palco das grandes opções políticas e sociais: emprego ou inflação; primazia do investimento público ou privado; Estado regulador ou protagonista, etc..

Em regra, entre as ferramentas à disposição dos Estados para controlar a Economia destacam-se as taxas de Juro e de Câmbio e o Investimento Público, materializado no défice orçamental. Como "não há bela sem senão", a adesão à moeda única trouxe estabilidade financeira mas suprimiu as competências dos Governos ao nível da "moeda" e estabeleceu regras "leoninas" quanto ao equilíbrio das contas públicas.

O Orçamento de Estado para 2010 e, bem assim, o Plano de Estabilidade e Crescimento até 2013, constituem manifestações claras das realidades - política, económica e jurídica - resultantes do facto de Portugal ser um país da Zona Euro.

Os restantes cidadãos Europeus não querem ter o ónus de suprir a falta de produtividade do trabalho, de empreendedorismo dos empresários e de eficiência do Estado em legislar, fiscalizar e fazer cumprir, em tempo útil, as normas indispensáveis ao crescimento económico. A burocracia, falta de eficácia, corrupção, rigidez da legislação laboral, obsolescência dos sindicatos e morosidade e ineficácia da Justiça, sendo nosso apanágio, terão de ser, igualmente, pagas por nós. Faz sentido!

## Finanças vs. Economia

Face ao estado das contas públicas - resultante da crise, segundo o Governo, ou do desgoverno, para a oposição - e apesar de manter um conjunto de políticas indispensáveis à promoção do crescimento económico e do emprego, o PEC define uma estratégia centrada, sobretudo, na consolidação orçamental, e assume como objectivos prioritários reduzir o défice público para 2,8% do PIB e controlar o crescimento da dívida pública - invertendo a actual trajectória - reduzindo-a, até 2013.

Neste cenário, a consolidação orçamental, orientada para a sustentabilidade das contas públicas, é, segundo o Governo, "condição indispensável ao reforço da confiança e do crescimento económico sustentado, contribuindo para corrigir desequilíbrios macroeconómicos externos e promover a competitividade da economia" nacional. O PEC prevê uma recuperação económica moderada, mas progressiva, com o Produto a crescer 0,7% em 2010, 0,9% em 2011, 1,3% em 2012 e 1,7% em 2013.

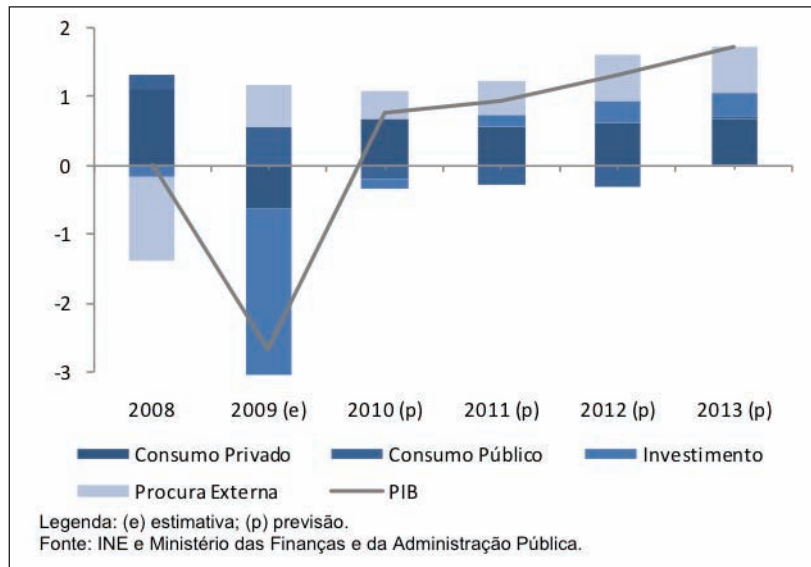
As perspectivas para 2010 e 2011 apontam para a melhoria significativa da actividade económica global, devendo o PIB mundial, segundo o FMI, aumentar 3,9% e 4,3% em termos reais, fundada na recuperação acentuada das economias emergentes e em desenvolvimento, num contexto em que a retoma nas economias avançadas deverá ocorrer mais devagar.

Quadro I Enquadramento Internacional - principais hipóteses

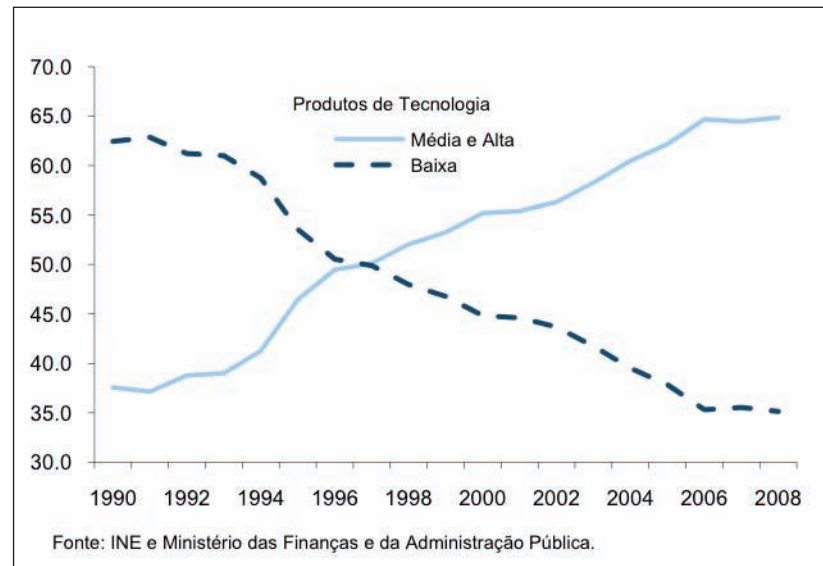
	2007	2008(e)	2009(p)	2010(p)	2011(p)
Crescimento da procura externa relevante (%)	5,5	2,5	-2,5	1,7	2,1
Preço do petróleo Brent (US\$/bbl)	72,5	96,9	51,0	61,0	61,0
Taxa de juro de curto prazo (média anual, %) (a)	4,3	4,6	2,2	2,8	2,8
Taxa de juro de longo prazo (média anual, %) (b)	4,4	4,6	4,2	4,4	4,1
Taxa de câmbio efectiva nominal para Portugal (c)	0,8	1,3	-1,6	0,0	0,0
Taxa de câmbio do EUR/USD (média anual)	1,370	1,471	1,337	1,331	1,331

Legenda: (e) estimativa; (p) previsão. (a) Euribor a 3 meses; (b) Obrigações do Tesouro a 10 anos. (c) Taxa de variação média anual, em % (variação positiva/negativa significa apreciação/depreciação do euro).  
Fontes: Ministério das Finanças e da Administração Pública, CE, FMI e OCDE.

**Gráfico I Contributos para a variação em volume do PIB (em pontos percentuais)**



**Gráfico II Aumento da Intensidade Tecnológica das exportações portuguesas (em % do total)**



### Crescimento económico

A retoma do crescimento económico deverá centrar-se na procura externa, o que implica o reforço do sector exportador e da internacionalização da economia portuguesa, em particular das PME, visando conquistar novos mercados e aprofundar a melhoria do valor acrescentado das exportações. A valorização das exportações e a aposta continuada nas energias renováveis serão os pilares essenciais da competitividade da economia portuguesa e da estratégia de correcção estrutural dos desequilíbrios externos.

Os investimentos públicos protegidos no OE e no PEC, perseguem o objectivo de reduzir custos, através da desmaterialização de procedimentos, e concentram-se nos sectores da Saúde, Educação, Justiça, Energia e Comunicações, para além das Obras Públicas.

### Aposta na Tecnologia e Inovação

A aposta na tecnologia e inovação reflecte-se no aumento acentuado do investimento em investigação e desenvolvimento. Esta evolução deverá continuar a contribuir para o processo de alteração do perfil das exportações e para continuar a melhorar os resultados verificados ao nível da balança tecnológica.

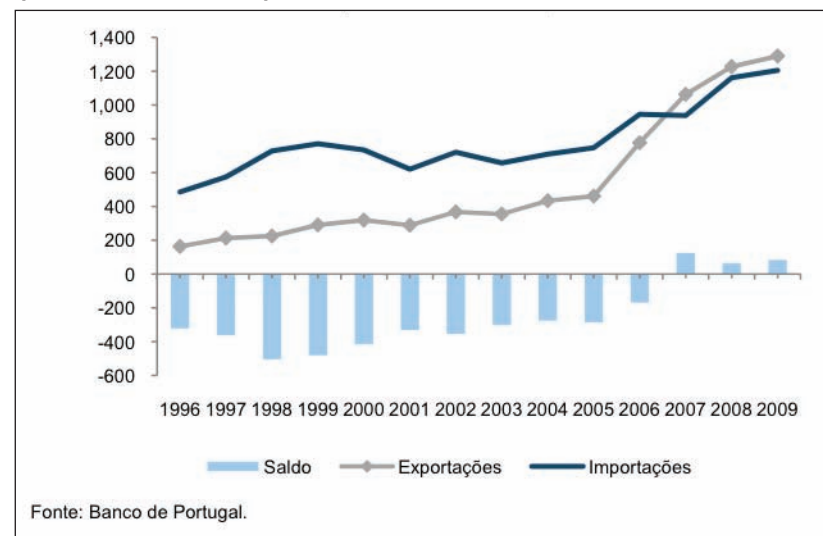
Esta estratégia será reforçada com medidas de eficiência colectiva estabelecidas na criação de *clusters* e pólos de competitividade que agrupam empresas exportadoras estimulando estratégias de cooperação e de sinergias quer ao nível da inovação e capacitação quer no esforço de internacionalização.

### Economia Portuguesa 2010-2013

Para 2010, prevê-se a recuperação da economia portuguesa, estimando-se um crescimento de 0,7%. Tal melhoria deverá estar associada à recuperação da procura externa, reflectindo-se no crescimento das exportações para este ano. O estímulo ao investimento privado constitui vector essencial da política económica no período.

Apoiar os processos de modernização das estruturas produtivas - racionalização e optimização, reforço de capacitação tecnológica ou melhoria de capacidade

**Gráfico III Balança Tecnológica (em milhões de euros)**



de comercialização internacional, são essenciais para Portugal aproveitar a recuperação geral da actividade económica no espaço internacional. Destacam-se neste domínio algumas medidas, nomeadamente: o desenvolvimento de um segmento específico de mercado de capitais dirigido a PME; a aceleração do ritmo de investimento co-financiado pelo QREN, desenvolvendo e adaptando as medidas já adoptadas para este fim (pagamento à cabeça de incentivos FEDER às empresas, alargamento de elegibilidade nos sistemas de incentivos ao investimento privado, acréscimo em taxas máximas de comparticipação comunitária, flexibilização no pagamento de adiantamentos a projectos de investimento e apoios no contexto dos planos sectoriais); e promoção das Estratégias de Eficiência Colectiva (Pólos e Clusters), como forma de apoiar a racionalização do investimento, o desenvolvimento de modernas capacidades competitivas e a capacidade de cooperação empresarial. ●

[www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/pec.aspx](http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/pec.aspx)